



TEMA CENTRAL
“ GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA –
AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA ”

EIXO I – O BRASIL QUE TEMOS. O BRASIL QUE QUEREMOS:
DIRETRIZES

<p>Diretriz Estadual</p>	<p>Fortalecer o Estado Democrático de Direito garantindo o pleno exercício da cidadania sobre as bases dos princípios do SUS, da solidariedade, da justiça e da participação social, com vistas aos direitos sociais, com transparência na gestão pública, e na oferta de ações e serviços de saúde em todos os níveis de atenção, sobretudo com financiamento para as políticas públicas de saúde, propondo melhorias no funcionamento da saúde em todo território nacional.</p>
---------------------------------	---

EIXO I – O BRASIL QUE TEMOS. O BRASIL QUE QUEREMOS:

PROPOSTAS	NÍVEL E/F	A/EPF/NA	%
<p>1.Reestruturar a Política Nacional de Atenção Primária à Saúde - PNAB, como ordenadora das Redes de Atenção à Saúde - RAS e coordenadora do cuidado, e retomar, como parte da Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, a E-MULTI com base na proposta Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF-AB), que inclui outras importantes formas de atuação para promoção a saúde além do atendimento individual, com financiamento tripartite, inserindo na composição mínima, a equipe multiprofissional, responsável por até 03 equipes de saúde da família, e com inserção de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde– PICS, garantindo efetivação da educação Permanente em Saúde, educação popular e continuada, garantindo o financiamento tripartites das Políticas Públicas de Saúde na lógica das RAS, priorizadas no Plano Estadual e Regional de Saúde, (Rede de Atenção Psicossocial – RAPS); Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência – RCPD; Rede Materno Infantil - RAMI, Rede de Urgência e Emergência – RUE, Rede Traumato-Ortopedia, Rede Neurologia, Rede Cardiovascular, Oncologia e Rede de Atenção às Doenças Crônicas – DCNTs).</p>			354
<p>2. Revogar a Emenda Constitucional nº 95/2016 que congela os gastos primários da União por vinte anos, garantindo o mínimo de 10% das Receitas Correntes Brutas da União em saúde, fazendo cumprir a Lei 141/2012 extinguindo a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retira 30% do Orçamento da Seguridade Social para o Tesouro Nacional, como forma de não prejudicar a “saúde” financeira do referido orçamento e ampliar a alíquota para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para instituições financeiras para 18%, estabelecendo limites no Orçamento da União para o pagamento de juros e amortização da dívida pública; instituindo e efetivando uma Reforma Tributária justa que: a) garanta recursos adequados para a seguridade social; b) reduza impostos sobre o consumo e regulamente a cobrança do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF); c) revise a isenção de tributação de grandes empresas privadas e multinacionais; d) extinga com a isenção de impostos sobre lucros e dividendos; e) vinculação da arrecadação do seguro do trânsito - danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) aos fundos de saúde; f) destine parte dos lucros do Pré- Sal (royalties) para financiamento da Saúde e da Educação, garantindo que 25% do lucro da exploração do pré-sal sejam direcionados para o Sistema Único de Saúde; g) combata a sonegação de impostos; assim como, cumprir o ressarcimento de recursos ao SUS pelas empresas de planos e seguros de saúde, de acordo com a Lei nº 9656/1998.</p>			395
<p>3. Reestruturar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em âmbito nacional, com implantação de ponto de atenção(novos equipamentos infraestruturas profissionais), reajuste do financiamento de incentivo para os dispositivos e garantia da capacitação permanente dos profissionais. Bem como a alteração dos critérios para a implantação de todas as modalidades de CAPS com ênfase no CAPS Infantil e CAPS AD, alterando critérios populacionais por critérios epidemiológicos. Expandir as unidades de acolhimentos adultos(UAA), unidade de acolhimento infantil (UAI), serviço residência terapêutico, centro de convivência e cultura, AMENTs, urgência e emergência, garantindo a ampliação dos leitos psiquiátricos em hospitais gerais. Priorizar o cuidado integrado comunitário e solidário, sob premissas da Reforma psiquiátrica e da lei n 10.216 de 2001 e da política de redução de danos, em especial d cuidado em liberdade. Adicionalmente, fortalecer o Programa Saúde na Escola (PSE), garantindo os temas específicos da saúde como obrigatórios e efetivar a lei 13.935 de 2019, através de equipes multiprofissionais nas escolas (psicólogo e assistente social). Implementar a Política de Saúde Mental no Estado do Ceará, fortalecendo a RAPS e assegurando a ampliação das vagas de leitos psiquiátricos no Hospitais Geral, com serviços de porta aberta para urgencia e</p>			378

<p>emergencia com a garantia de equipe qualificada. Ampliação e melhoria do atendimento do hospital de referência.</p>			
<p>4. Fortalecer a Assistência Farmacêutica, atualizando a Lei de Política Nacional de Medicamentos, regularizando o fornecimento de medicamentos e insumos por meio Atualização Anual do Elenco de Medicamentos disponibilizados pela RENAME, aumentando também o financiamento tripartite para custear medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica, além de dietas especiais, kits do lesionado medular e fraldas. Garantir a implantação e custeio das farmácias vivas nos municípios. Ampliar a farmácia popular aumentando a quantidade de estabelecimentos e a distribuição nos interiores, bem como a variedade de formulações dispensadas.</p>			<p>334 + 1 ABS</p>
<p>5. Implantar e ampliar a plataforma do prontuário eletrônico unificado + Conecte SUS (Lançado em 2021 pelo Ministério da Saúde, plano piloto Alagoas). Integrando dados de todos os níveis de atenção a saúde, permitindo acesso a informação ao usuário, aos profissionais que o assistem, com a devida proteção de dados e diferentes níveis de acesso ao sistema. Proporcionando melhoria nos atendimentos individuais e coletivos, otimização de recursos (financeiros, medicamentos, exames, hospitalares, recursos humanos), planejamento de ações e estratégias baseados nos dados coletados de toda a pluralidade da população brasileira. Fomentando as ciências comportamentais para entendimento democrático da pluralidade populacional e utilizando os dados para aprofundamento e mudanças para as realidades presentes no Brasil.</p>			<p>221 + 32 CON + 6 ABS</p>
<p>6. Fortalecer a Política Nacional da Atenção Integral às pessoas com deficiências - PcD, garantindo recursos financeiros de forma tripartite, para organização da atenção integral e composição de equipes multidisciplinares; Criação de incentivo financeiro Estadual para implantação/Implementação de Centros Especializados de Reabilitação – CER, Centros de Reabilitações Municipais e atenção especializada como Núcleos de Estimulação Precoce – NEPs, com disponibilidade menos burocratizada de aparelhos auditivos, cadeiras adaptadas, próteses, etc. Implantação de políticas públicas intersetoriais com garantia de Linhas de Cuidado. Garantindo assim, a lei brasileira de inclusão 13.146/2015</p>	<p>EPF</p>		<p>388 + 3 CON + 8 ABS.</p>



EIXO II – O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SALVAR VIDAS

DIRETRIZES

Diretriz Estadual	Fortalecimento do Controle Social do Sistema Único de Saúde – SUS com efetiva atuação dos Conselhos de Saúde das três esferas (Municipais, Estaduais e Nacional), a partir da atuação articulada e compartilhada com lideranças locais e movimentos sociais, com vista à defesa do SUS, da valorização da vida e da democracia, garantindo um sistema público de saúde com acesso, gestão participativa e democrática e no combate à precarização das relações de trabalho dos profissionais que atuam na área da saúde.
--------------------------	--

EIXO II – O PAPEL DO CONTROLE SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA SALVAR VIDAS

PROPOSTAS	NÍVEL E/F	A/EPF/NA	%
1. Garantir a criação e a implementação de Comitê intersetorial, no âmbito das três esferas de governo, que fortaleça o acompanhamento e a articulação das várias áreas de atuação e movimentos sociais: Saúde (incluindo Saúde Mental), Assistência Social, Segurança Pública, Meio Ambiente, Infraestrutura, Educação, Ciência e Tecnologia, além das demais Políticas Públicas, bem como retomar os comitês de educação popular e equidade em saúde, garantindo a efetividade da participação popular nos mesmos, bem como fortalecer o movimento Frente pela Vida.			
2. Fortalecer as Instâncias do Controle Social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação social no quesito das defesas, cuidados e fiscalização do patrimônio público e políticas públicas, democratizando o acesso às informações sobre as ações e demandas realizadas pelo conselhos de saúde por meio de tecnologias.			

<p>3. Efetivar e fortalecer as políticas para participação popular por meio da educação popular em saúde com as populações vulnerabilizadas (LGBTQIAP+, PCD, em situação de rua, população negra, mulheres em situação de violência, pessoas com uso prejudicial de drogas, entre outros) com a inclusão dos saberes e práticas das comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, povos de terreiros, ciganos e dos povos originários, indígenas em contexto urbano, fomentando junto aos profissionais da atenção básica, especializada e controle social, as discussões para superação das questões ligadas a esse público.</p>			
<p>4. Garantir a organização e o funcionamento dos conselhos de saúde, com autonomia administrativa para o seu pleno funcionamento com dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico, assegurada no Plano Plurianual de Saúde – PPA e na Programação Anual de Saúde – PAS, em consonância a Lei 8.142/1990 e a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS.</p>			
<p>5. Adotar estratégias de funcionamento dos conselhos de saúde por meio da promoção de debates sobre controle social e participação popular nas escolas; Realização de reuniões itinerantes e Implantação de conselhos distritais e locais, fortalecendo a conscientização da importância de participar de conselhos e movimentos sociais.</p>			

APROVADAS POR CONTRASTES!!!!

1 ABSTENÇÃO!!



**EIXO III – GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA:
DIRETRIZES**

<p>Diretriz Estadual</p>	<p>Efetivar e defender o Sistema Único de Saúde com seus princípios e diretrizes, por meio da luta pela efetivação das políticas públicas de saúde, com fortalecimento do financiamento, do controle social e do acesso resolutivo dos usuários, que garanta o seu direito à saúde de qualidade.</p>
---------------------------------	--



EIXO III – GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA:

PROPOSTAS	NÍVEL E/F	A/EPF/NA	%
1. Fortalecer as ações inerentes à Política de Saúde do Trabalhador, assegurando recursos necessários para a segurança dos profissionais da saúde no âmbito psicossocial, físico, material, financeiro, proporcionando a segurança do exercício profissional ao trabalhador e coletividade, garantindo a implantação de equipes de vigilância em saúde do trabalhador no SUS.			
2. Combater o subfinanciamento da saúde com: Direcionamento do orçamento de emenda parlamentar em receitas fixas distribuídas de forma per capita como aporte financeiro para os municípios; implementar novos critérios de financiamento da Atenção Primária, e reajuste e atualização periodicamente dos valores da Tabela SUS referente aos serviços da atenção secundária e terciária.			
3. Garantir e ampliar o financiamento para a política de saúde mental, possibilitando maximizar as equipes, ofertar qualificação profissional e maior número de vagas de atendimento e intervenção nos níveis de assistência e potencializar os serviços de desintoxicação reintegração social e empreendedorismo do SUS.			
4. Garantir a ampliação, agilidade e financiamento com recursos Federais sistemáticos para realização de cirurgias eletivas respeitando as demandas territoriais, possibilitando a transparência do acesso ao serviço de regulação permitindo ao usuário a visualização de sua posição na lista de espera em tempo real, além de garantir a autoridade do regulador na destinação das vagas dos serviços, e unificar as regulações existentes no estado e garantindo acesso igualitário.			
5. Garantir a assistência farmacêutica com ampliação dos recursos financeiros em todos os níveis de gestão para aquisição de medicamentos, por meio da ampliação da oferta de medicamentos e insumos mediante revisão e adequação do aporte financeiro da Programação Pactuada e Integrada – PPI da Assistência Farmacêutica; revisão da RENAME (Relação Nacional de Medicamentos) e do elenco do CEAF (Componente Especializado da Assistência Farmacêutica), adequando às necessidades da população; além de Pleitear repasse financeiro para capacitação e implantação da Farmácia Viva. Fortalecer o Programa Farmácia Popular do Brasil, com maior aporte financeiro, com vista a possibilitar maior acesso da população aos medicamentos, especialmente os de uso continuado para controle das doenças crônicas. (AGLUTINAÇÃO COM A PROPOSTA EIXO 1, PROPOSTA 4)			
6. Implementar a Política Nacional de Cuidados Paliativos, com garantia de financiamento integrada as Redes de Atenção à Saúde e como componente de cuidado na atenção primária à saúde da ESF.			

APROVADAS POR CONTRASTES!!!!

CONTRÁRIOS 0

ABSTENÇÕES 0

**EIXO IV – AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA PARA TODAS AS
PESSOAS: DIRETRIZES**

<p>Diretriz Estadual</p>	<p>Humanizar o atendimento em toda rede de saúde de forma integralizada. Reafirmar o incentivo, o desenvolvimento, a execução e a fiscalização de políticas públicas de saúde voltadas para as minorias sociais (Mulheres; População LGBTQIAP+; População Negra; População Indígena; População Quilombola; População de Rua; Populações do Campo, das Águas e da Floresta; População de Baixa Renda; Pessoas com Deficiência; Pessoas Neurodivergentes; Pessoas Idosas e demais comunidades Religiosas), respeitando as especificidades das suas demandas e o princípio da equidade.</p>
---------------------------------	--

VOTAÇÃO DE INCLUSÃO NA DIRETRIZ:

FAVORÁVEIS: 280

CONTRÁRIOS: 53

ABSTENÇÃO: 33

EIXO IV – AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA PARA TODAS AS PESSOAS:

PROPOSTAS	NÍVEL E/F	A/EPF/NA	%
<p>1. Implementar política de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Saúde - SUS, por meio de melhorias salariais, incluindo a garantia de vínculos trabalhistas, com reajustes salariais dignos, isonomia salarial, estabilidade no trabalho e implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), assim como garantir o piso salarial de todos profissionais da saúde, e pela revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal para despesa com pessoal na saúde. Equiparação das categorias profissionais de saúde em relação a compatibilização do piso salarial e carga horária igualitária (30 horas) com garantia de empregos protegidos, justos, com salários, jornadas e ambientes de trabalho dignos, saudáveis e seguros, assim como de valorizar os profissionais de saúde com realização de concursos públicos e eliminação da terceirização da saúde. Mobilizar as instâncias gestoras do SUS, para a promoção do incentivo à fixação e vinculação dos profissionais do SUS, nos diversos territórios, por meio de concursos públicos, contemplando equipes multiprofissionais para continuidade do vínculo e cuidado, proporcionando processos e ambientes de trabalho saudáveis, fomentando programas de pesquisas baseadas em evidências.</p>			
<p>2. Reestruturação da Rede de Atenção Psicossocial reafirmando os princípios da reforma psiquiátrica e da redução de danos, ampliando os recursos financeiros para a Política Nacional de Saúde Mental nas três esferas de governo, além da implementação do Programa de Educação Permanente em Saúde Mental e readequação do parâmetro populacional para a implantação das novas unidades de (Centro de Atenção Psicossocial Geral, Álcool e outras drogas, Infância juvenil, unidade de acolhimento, residências terapêuticas, consultórios na rua).</p>			
<p>3. Implementar serviços que forneçam diagnóstico, acompanhamento e transporte acessível e humanizado para pessoas com deficiência e para pessoas com TEA, de forma regionalizada e adesão ao centro integrado de desenvolvimento (TEA, TDAH, T21); TEA – Transtorno do Espectro Autista, TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. T21 – Síndrome de Down – TOD (Transtorno Opositor e Desafiador) pelos municípios, bem como a implantação da temática na grade curricular dos cursos da área da saúde e educação continuada e permanente dos trabalhadores da saúde.</p>			
<p>4. Priorizar as políticas de promoção da equidade com a implantação das ações da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+, Política Nacional da População Negra, Saúde Integral da População de Rua e Saúde Integral dos Povos e Populações do Campo, das Florestas e das Águas, pessoas que vivem com HIV/AIDS e usuários em vulnerabilidade social e formular estratégias, trazendo os usuários de todas essas políticas aos serviços de saúde, principalmente na atenção primária à saúde, de forma inclusiva, respeitosa e acolhedora, bem como a criação de Ambulatório LGBTQIA+ para a formação, capacitação e sensibilização de profissionais da saúde visando melhor atendimento e acolhimento dessa população, por meio de linhas de cuidado específicas, incluindo ações de combate ao Capacitismo, Machismo, Racismo, etarismo, LGBT fobia, entre outros. Garantir e executar a PNAPLGBT- Política Nacional de Saúde a População LGBT.</p>			
<p>5. Fomentar a nível tripartite a cobertura e renegociar a Programação Pactuada Integrada (PPI), de exames citopatológicos e oncológicos, dinamizando a entrega dos resultados, bem como contemplação e custeio de novos procedimentos na Unidade. Ampliar o investimento em Saúde de Mulheres</p>			



<p>garantindo o acesso à prevenção, diagnóstico precoce e tratamento de doenças prevalentes, tais como neoplasias e endometriose. Ampliação dos serviços de Saúde de modo itinerante e rotineiro. Implementar no calendário do Programa Nacional de Imunização - PNI a vacinação Hexa e retornar à vacinação tetraviral. Construção e financiamento de hospitais regionais com núcleos de atuação voltados a saúde integral das mulheres e oncologia. Fortalecer a Saúde da Mulher e Direitos Reprodutivos garantindo a ampliação e efetivação da Assistência Materno Infantil com maternidade, estrutura adequada e parto humanizado.</p>			
--	--	--	--

APROVADAS POR CONTRASTES!!!!